

## **PARECER N.º 458/CITE/2022**

**Assunto:** Parecer prévio à recusa de pedido de autorização de trabalho em regime de horário flexível de trabalhadora com responsabilidades familiares, nos termos do n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho.

**Processo n.º 2038-FH/2022**

### **I – OBJETO**

**1.1.** Em 14.06.2022 a CITE recebeu da entidade empregadora ..., pedido de emissão de parecer prévio à recusa de prestação de trabalho em regime de horário flexível solicitado pela trabalhadora com responsabilidades familiares, ...

**1.2.** Por carta datada de 26.04.2022 a trabalhadora submeteu o seu pedido de flexibilidade de horário à entidade empregadora, alegando para o efeito ser mãe de três filhos de 2, 7 e 15 anos respetivamente, com quem vive em comunhão de mesa e habitação.

**1.3.** Requereu, nos termos do artigo 56º e 57º do Código do Trabalho, que lhe fosse atribuído, até que a sua filha mais nova complete os 12 anos de idade, um horário compreendido entre as 8h e as 16h, com intervalo de descanso de 30 minutos, com descanso semanal obrigatório e complementar ao sábado e domingo, bem como aos feriados.

**1.4.** O pedido reúne os requisitos legais do artigo 56º e 57º do Código do Trabalho, pelo que se mostra legalmente admissível.

**1.5.** A entidade empregadora comunicou à trabalhadora a intenção de recusar o pedido de horário flexível solicitado, por carta registada em 20.05.2022 e recebida em 25.05.2022.

**1.6.** Após a receção da intenção de recusa, a trabalhadora dispõe de 5 dias para, querendo, apresentar apreciação à intenção de recusa (no caso, até 30.05.2022).

**1.7.** Nos termos previstos no n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho, nos cinco dias subsequentes ao fim do prazo para apreciação pela trabalhadora, a entidade empregadora deve remeter o processo

para a CITE, com cópia do pedido, do fundamento da intenção de o recusar e da apreciação da trabalhadora (no caso, até 06.06.2022).

**1.8.** Assim, analisada a documentação carreada para o processo, verifica-se que a entidade empregadora excedeu o prazo previsto na disposição legal suprarreferida, porquanto dispunha até ao dia 06.06.2022 para remeter o processo à CITE e só o fez em 13.06.2022.

**1.9.** Com efeito, dispõe a alínea c) do n.º 8 do artigo 57.º do Código do Trabalho que, caso a entidade empregadora não submeta o processo à CITE, dentro do prazo de cinco dias, considera-se que aceitou o pedido do/a trabalhador/a nos seus precisos termos.

**1.10.** Assim, face ao que antecede, a CITE emite **parecer desfavorável** à recusa da entidade empregadora ..., relativo ao pedido de horário flexível, apresentado pela trabalhadora com responsabilidades familiares ..., uma vez que o pedido se considera aceite nos seus precisos termos.

**APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 06 DE JULHO DE 2022.**